



A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

*Catarina Souza Santos – PIBIC/UNEB¹
Prof. Dr. Pedro Paulo Souza Rios - UNEB²*

Introdução: A Educação Inclusiva ainda é vista como paradigma para o cenário educacional brasileiro, não sendo tratada como uma realidade vigente em o nosso país, que necessita de auxílios e apoio para tornar as escolas inclusivas de fato, e não só um modelo que é disfarçado de práticas inclusivas, mas sem nenhum êxito dentro do âmbito escolar. A Constituição Brasileira de 1988, assegura que é objetivo da República Federativa do Brasil “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Artigo 3º, inciso IV). No artigo 5º, é possível ver que a constituição também garante o princípio de igualdade “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e propriedade” (BRASIL, 1988). Portanto, com a existência de todas as leis que asseguram na constituição a inclusão e igualdade de todos/as, é dever da escola promover dentro do seu ambiente práticas pedagógicas inclusivas, sem quaisquer discriminações com deficiência ou outras diferenças. As práticas e ações inclusivas implementadas dentro do âmbito escolar é essencial para inclusão dos/as alunos/as, não só com deficiências físicas e psicológicas, mas quaisquer tipos de diversidade. Lembrar que a inclusão se faz necessário o acolhimento e valorização da diversidade humana, garantindo para esses sujeitos uma escola que acolha e lute pela sua permanência e educação. Para se ter uma Educação Inclusiva é necessário acima de tudo a mediação do/a professor/a perante as situações de diversidade. Para Perrenoud (2000) O/a professor/a deverá ser um/a profissional que crie nos caminhos e que construa sua autonomia na sala de aula. Ser um profissional reflexivo que identifique os problemas, dando soluções. É necessário repensar como os/as professores/as atuantes e futuros/as professores/as estão agindo em sala de aula perante o cenário de diversidade presente nas escolas. A Resolução do Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Básica CNE/CEB nº 2 de 2001 (BRASIL, 2001), em seu Artigo 8º, Item I, define que as escolas da rede regular de ensino deverão prever e promover, na organização de suas classes comuns, professores de classe comum e de educação especial, capacitados e especializados respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos/as alunos/as. É comum ver no âmbito escolar uma distorção do ato de inclusão, no qual professores/as seguem somente o “padrão” de Educação Inclusiva. Por mais

¹Estudante do curso de Licenciatura em Pedagogia, UNEB – Senhor do Bonfim/BA. Catarinasouza405@gmail.com

²Doutorado em Educação; Mestre em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos. Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus VII; Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS; E-mail: peudesouza@yahoo.com.br

que exista uma discussão acerca dos assuntos nas escolas, nota-se que as mesmas não buscam uma mudança significativa no sistema educacional. “O ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde todas as necessidades dos alunos são satisfeitas” (KARAGIANIS; STAINBACK; STAINBACK, 1999, p. 21). Nesse sentido, a prática do ensino inclusivo é a escola proporcionar aos/as discentes um ambiente que inclua a todos/as, sem distinção de deficiência, cor, gênero, religião e etc. Proporcionar a todos condições favoráveis para seu desenvolvimento intelectual, e como ser humano. Objetivo: Diante do exposto, o objetivo do presente artigo é analisar, a partir das matrizes curriculares das instituições públicas de ensino superior presentes no Território de Identidade do Piemonte Norte do Itapicuru, de que maneira as questões inerentes a inclusão estão sendo trabalhadas, na formação docente. Buscando compreender ainda porquê até então só pedagogos/as são os únicos profissionais que discutem sobre inclusão durante a formação. Metodologia: A análise das matrizes curriculares se deu nos cursos de licenciatura em Pedagogia, Matemática, Biologia e Teatro, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB; na Universidade do Vale do São Francisco-UNIVASF, analisamos as matrizes dos curso de licenciatura em Geografia e Ciências da Natureza e; no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IF-Baiano, nos cursos de licenciatura em Ciências Agrárias e Ciências da Computação, se existia dentro das matrizes curriculares dos cursos de licenciatura componentes curriculares que trabalham a educação inclusiva e especial para o melhor desempenho do futuro/a profissional. Além disso, planejamos um/a estudante de cada curso, no entanto, apenas quatro estudantes se disponibilizaram. Resultados: O projeto para a construção desse artigo foi executado através de uma análise na matriz curricular dos cursos de licenciatura das universidades públicas do Território de Identidade Piemonte Norte Itapicuru, com campus situados na cidade de Senhor do Bonfim – Bahia, sendo elas: Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Universidade do Vale do São Francisco – UNIVASF e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IF-Baiano. Foi analisado as matrizes dos cursos de licenciatura em Pedagogia, Biologia, Matemática, Teatro, Geografia, Ciências da Natureza, Ciências Agrárias e ciências da computação. Todas as análises foram feitas virtualmente, algumas encontradas no site das universidades e outras encaminhadas via e-mail com solicitação. Na análise feita nas matrizes do curso, foi observado todas as disciplinas que trabalhassem a Educação Inclusiva ou especial, no critério para a escolha foram observadas palavras que fossem relacionadas ao tema como: Inclusão, diversidade, deficiência, língua brasileira de sinais e etc. Na Universidade do Estado da Bahia, foi analisado os cursos de licenciatura em Pedagogia, Biologia, Matemática e Teatro. Foi possível observar que no curso de Pedagogia existem três componentes, sendo eles: Direitos Humanos, Diversidade e Educação; Educação Inclusiva e Libras. No curso de Teatro foi constado três disciplinas, sendo elas: Teatro Inclusivo; Direitos Humanos, Diversidade e Educação e Libras. No curso de Matemática também três componentes, sendo eles: Direitos Humanos, Diversidade e Educação; Educação Inclusiva e Libras. E no curso de Biologia foi possível observar três componentes, sendo eles: Direitos Humanos, Diversidade e Educação, Educação Inclusiva e Libras. Em linhas gerais é possível dizer que as disciplinas se assemelham em todas as licenciaturas da UNEB. Nas matrizes dos cursos de Licenciatura da Universidade do Vale do São Francisco – UNIVASF foi analisada os cursos de Geografia e

Ciências da Natureza. No curso de Geografia conta com dois componentes curriculares que abordam o tema, sendo eles: Libras e Currículo e Diversidade Humana I e II. No de Ciências da natureza foi encontrado dois componentes também que abordam essa temática, sendo eles: Libras e Ciências e Diversidade Humana. Todos os componentes obrigatórios e com introdução ao tema de forma relevante. No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IF-Baiano foi analisado os cursos de Ciências Agrárias e Ciências da Computação. No curso de No primeiro foi possível constatar que existe dois componentes, sendo: Libras e Educação Inclusiva, mas somente Libras é obrigatório, Educação Inclusiva é optativo. No curso de Ciências da Computação foi identificamos duas disciplinas sendo elas: Libras e Software Livre e Inclusão Digital. Porém somente Libras é obrigatório, o componente Software Livre e Inclusão Digital é optativo. Conclusões: Em síntese, as universidades vêm buscando oferecer nos cursos de licenciatura disciplinas voltadas para a Educação Inclusiva e especial, principalmente em decorrência da legislação dos órgãos educacionais com documentos a favor da Educação Inclusiva, porém, percebe-se que para o processo formativo oportunizar um aprofundamento teórico no assunto poderia ser ofertado disciplinas com maior carga horária e também disponibilizar mais disciplinas que proporcionem maior discursões sobre o tema. Percebe-se a necessidade da oferta desse tema na formação de professores/as para práticas educacionais mais inclusivas e para que os/as professores/as ao concluírem a formação inicial tenha assegurado os conhecimentos teóricos e pedagógicos necessários para o exercício docente pautado no respeito a as diversidades e deficiências físicas e intelectuais encontradas no âmbito educacional. No entanto, ressaltamos que o/a professor/a não é o/a único agente capaz de para tornar o espaço escolar mais inclusivo, todo o corpo escolar precisa trabalhar em parceria para que a inclusão ocorra de maneira efetiva, por meio de implantar políticas educacionais que tornem a escola inclusiva e sendo local de vivências pautados na inclusão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1988.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. MEC SEESP, 2001.

PERRENOUD, Ph. **Dez Novas Competências para Ensinar**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2000.

KARAGIANIS, A.; STAINBACK, W.; STAINBACK, S. **Fundamentos do ensino inclusivo**. In: STAINBACK, W.; STAINBACK, S. (Orgs.). **Inclusão: Um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999.